

**Perfil sociodemográfico das populações em territórios de exclusão e  
inclusão social**

*Sociodemographic profile of populations in territories of social exclusion and inclusion*

*Perfil sociodemográfico de las poblaciones en territorios de exclusión e inclusión social*

**Ananda Brito Bastos**

Mestranda, UNIFAP, Brasil  
anandabritobastos.arq@gmail.com

**José Francisco de Carvalho Ferreira**

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil.  
zcofer@unifap.br

**Josimar da Silva Freitas**

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil  
josimarfreitas55@gmail.com

**RESUMO**

Este estudo avalia as diferenças do perfil da população em territórios que apresentavam condições de exclusão e inclusão social no ano de 2010. Trata-se de uma pesquisa descritiva, baseada em dados quantitativos e métodos estatísticos e comparativos. O estudo debate sobre a exclusão social de cidades da Amazônia Brasileira, e o perfil da população que habita diferentes níveis de exclusão e inclusão social. Os resultados atestam que a população no nível mais extremo de exclusão era de homens (pardos, na faixa de 0 a 9 anos), cuja renda domiciliar não foi superior a 3 salários-mínimos. O melhor nível de inclusão social o perfil muda para mulheres, pardas, na faixa de 30 a 64 anos. Aqui, concluímos que na cidade de Macapá há grande presença feminina convivendo em territórios com níveis elevados de inclusão, e pessoas negras e pardas da população infanto-juvenil em condições de extrema exclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade social. Perfil sociodemográfico. Cidades amazônicas.

**SUMMARY**

*This study evaluates the differences in the profile of the population in territories that presented conditions of social exclusion and inclusion in 2010. This is a descriptive study based on quantitative data and statistical and comparative methods. The study discusses social exclusion in cities in the Brazilian Amazon, and the profile of the population living in different levels of social exclusion and inclusion. The results show that the population at the most extreme level of exclusion were men (mixed-race, aged between 0 and 9), whose household income was no more than 3 minimum wages. At the highest level of social inclusion, the profile changed to mixed-race women aged between 30 and 64. Here we conclude that in the city of Macapá there is a large female presence living in territories with high levels of inclusion, and black and mixed-race people in the child and youth population in conditions of extreme exclusion.*

**KEYWORDS:** Social inequality. Socio-demographic profile. Amazonian cities.

**RESUMEN**

*Este estudio evalúa las diferencias en el perfil de la población en territorios que presentaban condiciones de exclusión e inclusión social en 2010. Se trata de un estudio descriptivo basado en datos cuantitativos y métodos estadísticos y comparativos. El estudio analiza la exclusión social de las ciudades de la Amazonia brasileña y el perfil de la población que habita en diferentes niveles de exclusión e inclusión social. Los resultados muestran que la población en el nivel más extremo de exclusión eran hombres (pardos, de 0 a 9 años), cuya renta familiar no superaba los 3 salarios mínimos. En el nivel más alto de inclusión social, el perfil cambia a mujeres pardas de entre 30 y 64 años. Aquí se concluye que en la ciudad de Macapá hay una gran presencia femenina viviendo en territorios con altos niveles de inclusión, y de negros y pardos en la población infantil y juvenil en condiciones de exclusión extrema.*

**PALABRAS CLAVE:** Desigualdad social. Perfil sociodemográfico. Cidades amazônicas.

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da urbanização se mostra como um dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável para vários países ao redor mundo. Dentre os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), as metas 10 e 11 dão ênfase à necessidade de criar condições para tornar os espaços urbanos mais sustentáveis e inclusivos, de maneira a reduzir as desigualdades sociais existentes nas cidades (EMBRAPA, 2018; IPEA, 2019).

Na qualidade de um fenômeno social múltiplo, a desigualdade descreve a situação estrutural duradoura de disputa na distribuição de recursos (concretos e abstratos) e acesso a oportunidades que independem das capacidades dos sujeitos sociais (VIEIRA et al., 2010). O termo está associado ao processo dialético da exclusão/inclusão social, complexo, multifacetado, envolve aspectos concretos e subjetivos, cuja análise deve contextualizar o espaço geográfico e o tempo ao qual se referem (SAWAIA, 2014; VIEIRA et al., 2010).

Devido à complexidade de avaliar como a exclusão social se manifesta no espaço físico, pesquisadores recorrem à construção de indicadores sociais, os quais permitem sintetizar as várias dimensões do processo de exclusão. No Brasil, os indicadores são uma ferramenta importante para o processo de tomada de decisão no setor público, de forma a orientar ações de diversas esferas do governo e as diferentes fases do planejamento urbano (MORAIS; LIMA, 2001).

Para Santos (2020, p.144), a realização da cidadania concreta depende do componente territorial, visto que o acesso a bens e serviços essenciais, depende da lógica capitalista e mercadológica, e “tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem”. O valor do indivíduo como cidadão depende de sua localização no território (SANTOS, 2020).

É importante entender as condições dos territórios de exclusão e inclusão, e conhecer o perfil da população nestes territórios. Muitas cidades brasileiras foram consolidadas a partir da lógica elitista, racista e patriarcal de suas estruturas sociais (MARICATO, 2021), cujas repercussões persistem na contemporaneidade (RIBEIRO; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2020).

Conhecer as características das populações vulneráveis e as privilegiadas pelas condições sociais de seus territórios possibilitam definir setores prioritários para o desenvolvimento de ações e políticas públicas. Nesse sentido, acreditamos que os resultados possam complementar outros estudos sobre a temática da exclusão social no caso das cidades amazônicas, no âmbito local e regional.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 2, apresentamos os objetivos da pesquisa. Na sessão 3, a metodologia, especificamente a área de estudo, o delineamento, os procedimentos e a análise dos dados. Na seção 4, mostramos os resultados e a discussão. Na sessão 5, demonstramos as conclusões.

## 2 OBJETIVOS

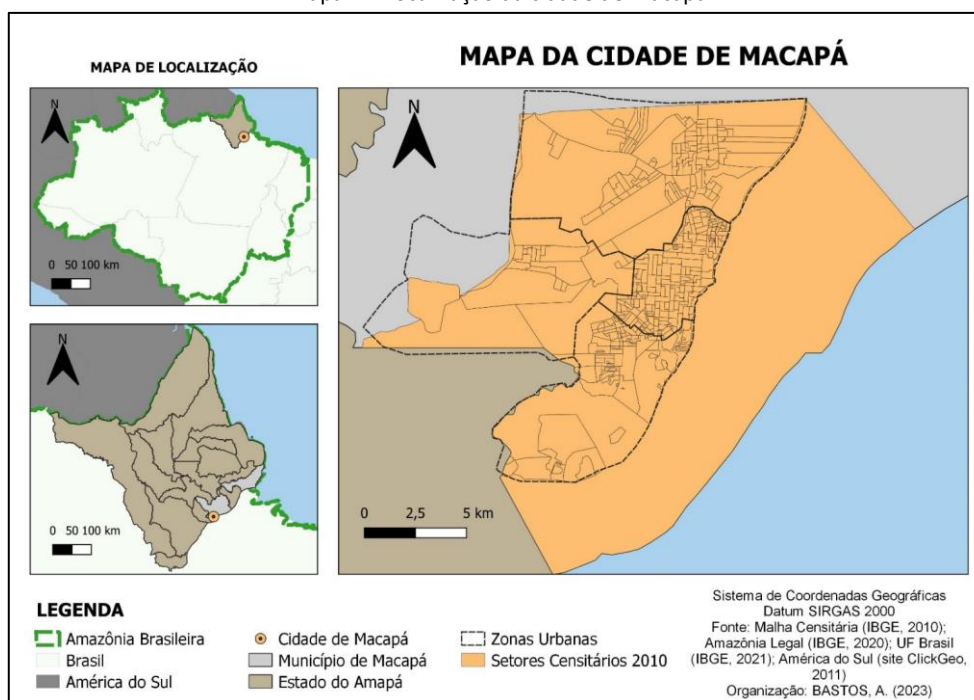
Este estudo avalia as diferenças do perfil da população em territórios que apresentavam condições de exclusão e inclusão social, no ano de 2010. Especificamente: (1)

mapear os territórios de exclusão e inclusão social; (2) verificar variáveis sociais que caracterizem o perfil da população; (3) descrever as características principais dos habitantes para cada classificação de exclusão e inclusão social.

### 3 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido considerando os limites dos setores censitários urbanos da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, na região norte do Brasil (Mapa 1). O município de Macapá concentra 442.933 habitantes (IBGE, 2022), com a maioria residindo em sua área urbana.

Mapa 1 – Localização da cidade de Macapá



Fonte: Autores, 2023.

Macapá é uma cidade brasileira de porte médio, a qual exerce influência político-econômica significativa na região setentrional da Amazônia brasileira, sobretudo, no caso dos demais municípios amapaenses e das ilhas paraenses (AMORIM; SANTOS, 2017). Devido sua posição como capital, a cidade apresenta benefícios em projetos de desenvolvimento local e regional.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, o método descritivo (VOLPATO, 2015) colaborou para caracterizar a população macapaense que habitava os territórios de exclusão e inclusão social, em 2010. Neste caso, o conjunto de variáveis sociais selecionadas não foram cruzadas, mas utilizadas para descrever características da população habitando territórios de exclusão ou inclusão.

O estudo foi desenvolvido em três etapas. Na etapa 1, foram coletados dados estatísticos e vetoriais do universo censitário da cidade de Macapá para o ano de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao todo foram analisados 432 setores censitários.

Para mapear as condições de exclusão e inclusão social em Macapá, a etapa 2 foi baseada no trabalho de Sposati (1996), ao passo de cooperar com o Índice de Exclusão/ Inclusão Social (IEX). Nas quatro categorias de utopia social (autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade), a definição de um Padrão de Referência de Inclusão (PRI) representa o 'ponto de mutação' em relação as condições sociais de inclusão e exclusão.

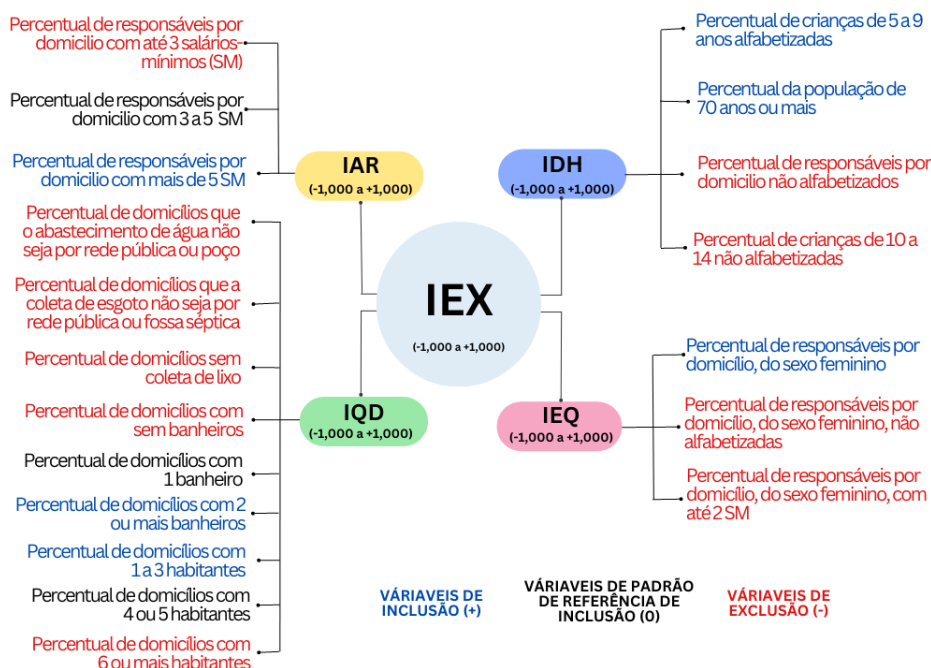
Adicionalmente, definimos que IEX de Macapá representa a síntese dos índices de autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade de gênero. O Índice de Autonomia de Renda (IAR), refere-se a autonomia financeira dos responsáveis por domicílios para suprir suas necessidades básicas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), relaciona-se aos indicadores e as condições de ensino e longevidade da população. O Índice de Qualidade de Domiciliar (IQD) alude aos indicadores de condições gerais de habitabilidade disponíveis aos indivíduos. E o Índice de Equidade (IEQ) relaciona-se a variáveis que indicam as diferenças de gênero (feminino).

A pesquisa também considerou as adaptações feitas por Genovez (2002) e Nascimento (2008), a partir do trabalho de Sposati (1996). Para aumentar a precisão estatística e possibilitar o uso de dados censitários, Genovez (2002) modificou o modelo matemático do IEX a partir da utilização de valores percentuais para mensurar indicadores exclusão (valores negativos), e de inclusão (valores positivos). O modelo da autora segue as seguintes etapas:

1. A soma separada dos percentuais acima e abaixo do PRI. Os percentuais acima indicam características de inclusão social e o valor numérico é positivo (VI). Já os percentuais abaixo do PRI representam características de exclusão e seus valores são considerados negativos (VE);
2. É realizada a diferença (D) de incidência percentual das variáveis de inclusão e exclusão social, assim:  $D = VI - VE$ ;
3. A partir dos valores calculados, se obtém incidências percentuais positivas e negativas, sendo também identificado os valores máximos (Vmax) e valores mínimos (Vmin);
4. O valor das incidências observadas como positivas são divididos pelo Vmax, enquanto os valores negativos são divididos pelo Vmin em módulo.

Após o tratamento das variáveis brutas foram criados 19 indicadores, cujas variáveis representavam condições de exclusão (negativa), inclusão (positivas) ou o PRI, e foi desconsiderado do cálculo por ser matematicamente representado pelo valor zero. Em seguida, estes indicadores foram agregados as quatro categorias de utopia social e sintetizados no valor do IEX (Figura 1), cuja escala varia de -1 a +1.

Figura 1 – Esquema da construção do IEX para Macapá



Fonte: Autores, 2023.

Posteriormente, estes valores foram georreferenciados a partir dos dados vetoriais da Malha Censitária de Macapá para 2010. Para determinar o nível das condições de exclusão e incluso social, foi replicada a escala de quatro classes para exclusão e outras quatro para inclusão, classificação de Nascimento (2008) (Quadro 1).

Quadro 1- Escalas de classificação do IEX

Condição Geral	Níveis	Valor do Índice	Cor
Exclusão Social	Alta	-1,000 a -0,750	Vermelho
	Média Alta	-0,750 a -0,500	Laranja Escuro
	Média Baixa	-0,500 a -0,250	Laranja Claro
	Baixa	-0,250 a 0,000	Amarelo Claro
Inclusão Social	Baixa	0,000 a 0,250	Verde Claro
	Média Baixa	0,250 a 0,500	Verde
	Média Alta	0,500 a 0,750	Azul Esverdeado
	Alta	0,750 a 1,000	Azul Escuro

Fonte: Nascimento, 2008. Adaptação dos autores, 2023.

Na etapa 3, foram selecionadas variáveis demográficas que indicavam características da população residente, dos moradores de domicílios particulares permanentes (DPP) e dos domicílios. As variáveis selecionadas foram: o total residente, sexo, cor/raça, idade, total de domicílios particulares permanentes, tipo de domicílio, forma de ocupação do domicílio e a renda domiciliar.

O total de moradores por domicílio particular permanente é diferente do total de pessoas residentes. Isto porque nesta última categoria o IBGE desconsidera as pessoas residentes em domicílios considerados coletivos. A inclusão das instituições ou estabelecimentos se tornou restrita a normas de subordinação administrativa (IBGE, 2010).

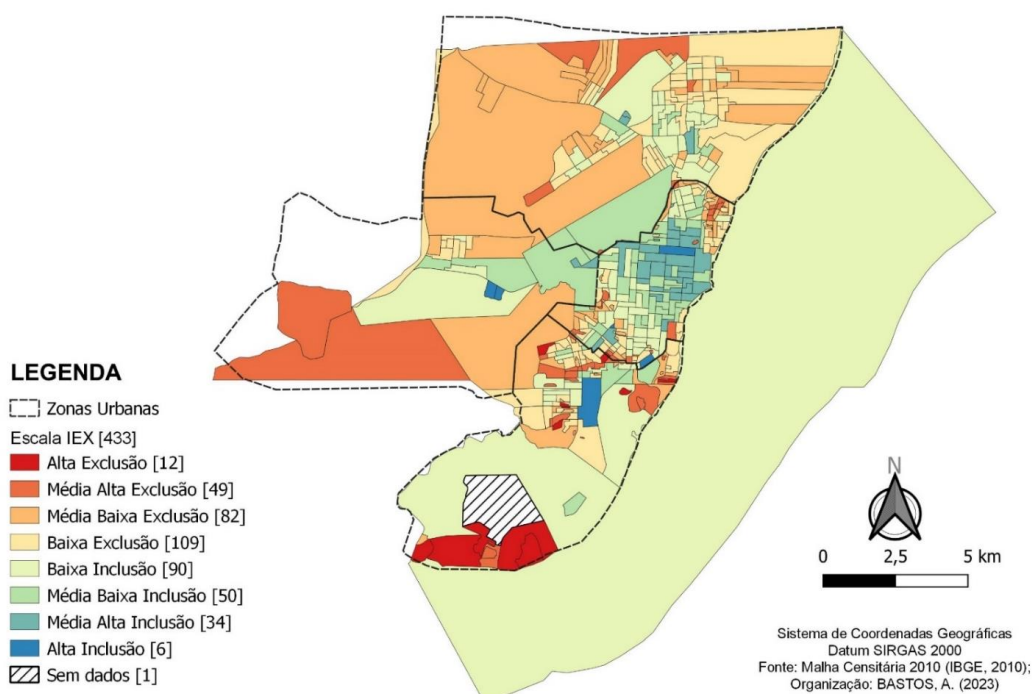
O estudo possui abordagem quantitativa e se baseou em métodos estatísticos e comparativos, sobretudo, na análise da distribuição percentual das características da população de acordo com as classificações do IEX para cada setor censitário. Os resultados obtidos foram ilustrados através de mapa e gráficos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em condições gerais, os habitantes em territórios de exclusão (-1,000 a 0) e inclusão social (0 a 1,000) apresentaram características semelhantes, em 2010. Considerando a variável da população residente, em ambos os casos as características predominantemente eram do sexo feminino e autodeclaradas pardas, sendo a principal diferença a faixa de idade. Já a variável de moradores de DPP mostrou que moradores de domicílios do tipo casa e na condição de ocupação própria predominaram em todas as classes da escala de IEX. Apesar deste ser o perfil predominante, as variações significativas nas características da população depende da escala de classificação do IEX.

A configuração espacial do IEX (Mapa 2) de exclusão social (2010) foi expressa em 58,2% dos setores censitários, a maioria localizados na zona Sul macapaense, de modo a abranger todos os setores classificados com Alta Exclusão Social.

Mapa 2 – Índice de Exclusão/ Inclusão Social de Macapá (2010)



Fonte: Autores, 2023.

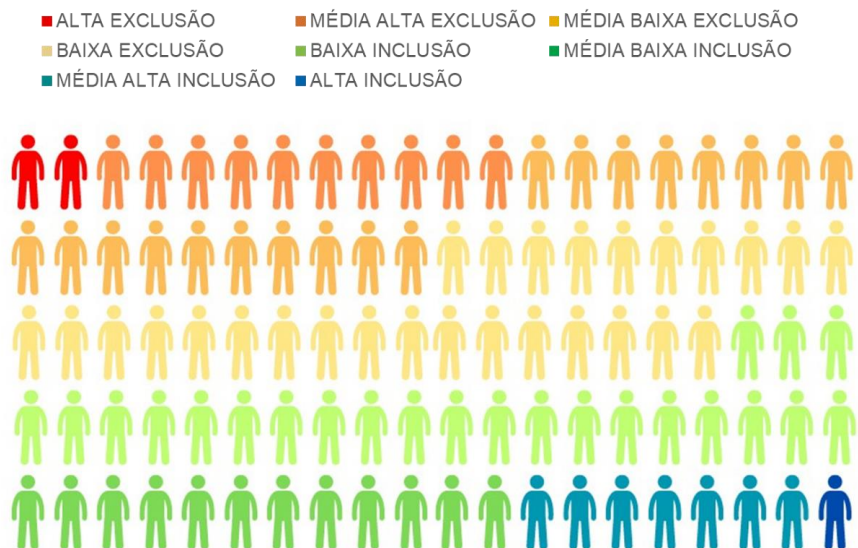
Os setores de inclusão social se concentravam na zona Centro-Leste. A Alta Inclusão representava 1,4% dos setores urbanos de Macapá, e estava distribuída nas zonas Centro-Leste, Sul e Oeste. A zona Norte não apresenta Alta Inclusão, porém havia setores classificados com Média Alta Inclusão Social.

O modo como a exclusão e inclusão social se configurou na cidade de Macapá em 2010 se relaciona com a maneira em que a cidade foi estruturada na época do Território Federal do

Amapá (TFA) (1944-1988). A consolidação da infraestrutura urbana do que viria a ser a zona Centro-Leste e o processo de ocupação urbana após a estadualização do Amapá em 1988, ocorreu com surgimento de loteamentos públicos e intensificação da ocupação de áreas alagas conhecidas como ressacas (SILVA, 2017).

Com relação a distribuição da população nesses territórios de exclusão ou inclusão, a maioria da população (57,4%) habitava em setores classificados com algum grau de exclusão social, em 2010 (Figura 2). Essas áreas eram mais densamente habitadas por unidades familiares com 6 ou mais integrantes, de maneira a indicar exclusão para a densidade domiciliar.

Figura 2 – Infográfico da distribuição da população residente de acordo com os níveis do IEX (2010)



Fonte: Autores, 2023.

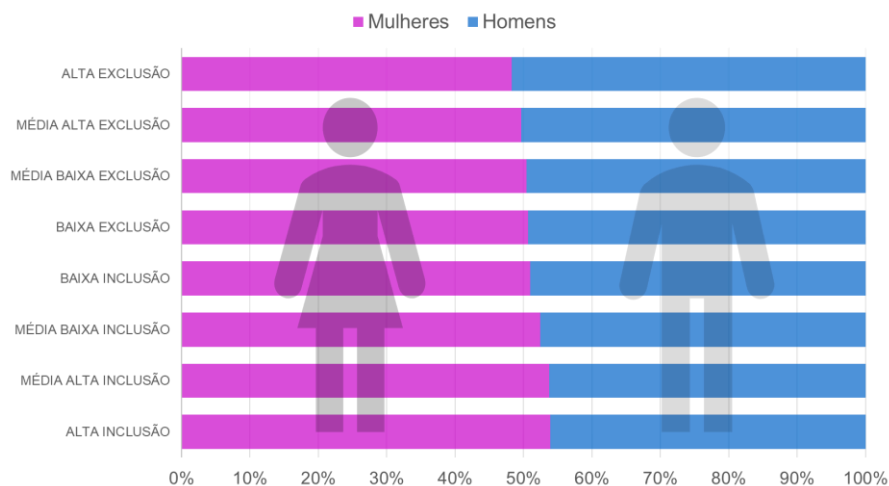
Os habitantes de setores de Alta Exclusão representavam 2,4% da população residente, enquanto apenas 0,9% habitavam setores de Alta Inclusão Social. E ainda, quase metade da população estava condicionada as faixas próximas ao liminar de inclusão social, entre a Baixa Exclusão (26,5%) e a Baixa Inclusão (23,2%). Isto aponta para o cenário de instabilidade social no território de Macapá, e o entendimento da precariedade na integração social da maioria da população macapaense (MARTINS, 2007).

Na distribuição da população por sexo não houve diferenças significativas na proporção de homens e mulheres por classificação do IEX (Gráfico 1). As diferenças entre o percentual de homens e mulheres variou entre 0,9% e 7,8%, de forma a mostrar o crescimento na proporção de mulheres em relação as melhores condições de inclusão social.

Enquanto homens representavam o maior percentual da população na faixa de Alta Exclusão (51,7%), na Alta Inclusão as mulheres foram predominantes (53,9%). Esta diferença pode ter relação com a variável de inclusão para o IEQ, que indica característica positiva a proporção de mulheres em condição de responsável por domicílio.

Gráfico 1 – Distribuição do sexo da população residente de acordo com os níveis do IEX

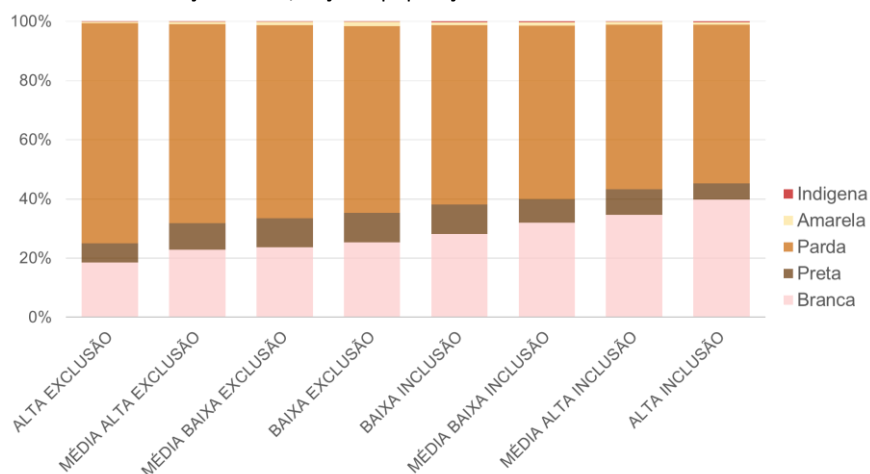




Fonte: Autores, 2023.

No caso da variável cor/ raça da população, os macapaenses eram predominantemente autodeclarados pardos (Gráfico 2), o que também se refletiu em todas as classificações do IEX. Ademais, houve diferenças significativas no acesso as melhores condições sociais considerando esta variável.

Gráfico 2 – Distribuição da cor/ raça da população residente de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

Quando comparadas a proporção da população por cor/raça, as condições gerais de exclusão e inclusão, a proporção de brancos foi predominante na inclusão (30,5%), enquanto o percentual de pessoas pretas (9,6%), pardas (65,0%) e amarelas (1,2%) ocorreu na exclusão social. Por sua vez, a proporção de indígenas foi maior na inclusão social (0,24%).

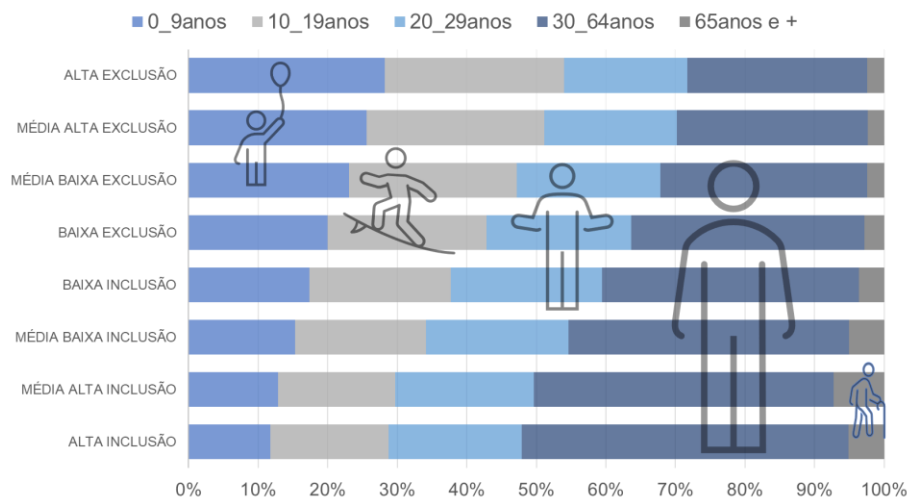
Estas diferenças ficam mais nítidas quando comparadas a distribuição da população por escala de classificação do IEX, ao passo de a proporção de brancos crescer à medida que as condições sociais melhoraram, sendo maior na classe de Alta Inclusão Social (39,9%). Por outro lado, o percentual de pessoas autodeclaradas pretas (10,0%) e amarelas (1,4%) foi maior na classe de Baixa Exclusão Social, e o de pessoas pardas, na Alta Exclusão (74,3%). No caso da população indígena, o maior percentual estava na classificação de Média Baixa Inclusão (0,29%).

Assim, como outras cidades brasileiras, o desenvolvimento urbano macapaense seguiu o caráter centralizador e excludente do desenvolvimento urbano brasileiro (MARICATO, 2021),

que implicitamente replica práticas racistas. Para os limites da cidade, o processo de remanejamento de descendentes dos colonos macapaenses foram de maioria mestiços, enquanto suas casas foram demolidas para dar espaço para construções públicas e habitações dos servidores do TFA (SILVA, 2017).

Na variável, idade da população, o aumento da idade populacional em relação as melhores condições sociais (Gráfico 3). A população de crianças (0 a 9 anos) e adolescentes (10 a 19 anos) estavam em maior proporção em territórios de exclusão social, representando 22,3% e 23,9% da população excluída.

Gráfico 3 – Distribuição da idade da população residente de acordo com os níveis do IEX



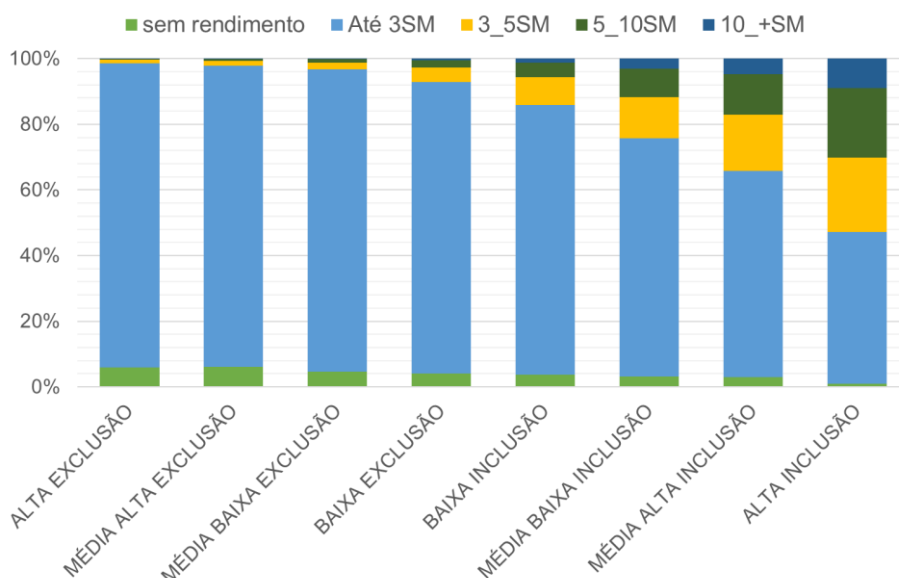
Fonte: Autores, 2023.

Os resultados indicam tanto a situação de alta vulnerabilidade da população infanto-juvenil macapaense, como o fato de territórios com melhores condições terem menos crianças e adolescentes. Conforme o Núcleo Ciência pela Infância - NCPI (2022), as desigualdades sociais no Brasil apresentam efeitos devastadores na população infanto-juvenil, sobretudo, na primeira infância, com efeitos que podem durar por gerações.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund) - UNICEF sobre a infância e adolescência na Amazônia Brasileira demonstram que meninos e meninas da região têm maior risco de morrer antes de 1 ano, e não completar o ensino fundamental. Além disso, estão mais suscetíveis as mais variadas formas de violência, incluindo abuso físico, exploração sexual, trabalho infantil e homicídio (UNICEF, 2018).

De acordo com os resultados, dos 90.597 domicílios particulares permanentes recenseados em 2010, 44,8% estavam localizados em territórios de inclusão, e 55,2% em territórios de exclusão social. A maior proporção classificada como Baixa Exclusão (26,0%) e a menor de Alta Inclusão (1,1%). Constatamos nas escalas de exclusão, que a distribuição da renda per capita destes domicílios por faixas de IEX foram caracterizada por domicílios com até 3 Salários-mínimos (SM) (Gráfico 4). A partir da Baixa Inclusão o percentual de domicílios de até 3 SM diminuiu, enquanto faixas de renda mais elevadas aumentaram.

Gráfico 6 – Distribuição da renda domiciliar per capita, em SM, de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX

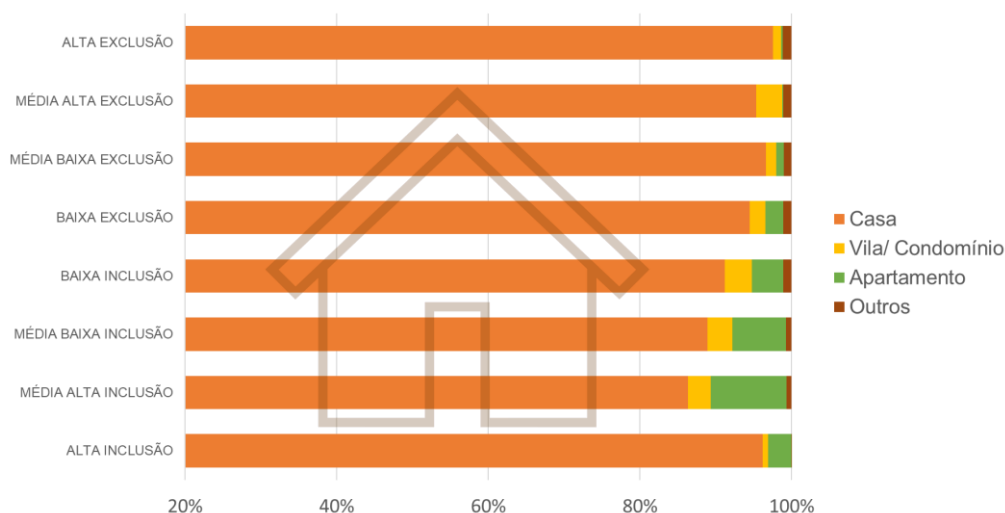


Fonte: Autores, 2023.

A renda domiciliar de Macapá não ultrapassa 3 salários-mínimos, em razão da dependência do trabalho formal com o funcionalismo público, algo que também ocorre em outras cidades amazônicas (BECKER, 2013). Por outro lado, a maioria da população urbana se sustenta por meio do trabalho informal, contudo, não é suficiente para garantir a renda domiciliar necessária para suprir necessidades básicas.

Confirmamos que os domicílios (casa) particulares permanentes foram predominantes em todas as classes de avaliação do IEX (Gráfico 5). O percentual de moradores da tipologia de vila/condomínio foi expressivo, sendo maior na de Baixa Inclusão (3,6%).

Gráfico 5 – Distribuição do tipo de domicílio dos moradores de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

Notamos que a partir da faixa de Média Baixa Exclusão, o crescimento na proporção de moradores de domicílios do tipo apartamento foi maior percentual na faixa de Média Alta

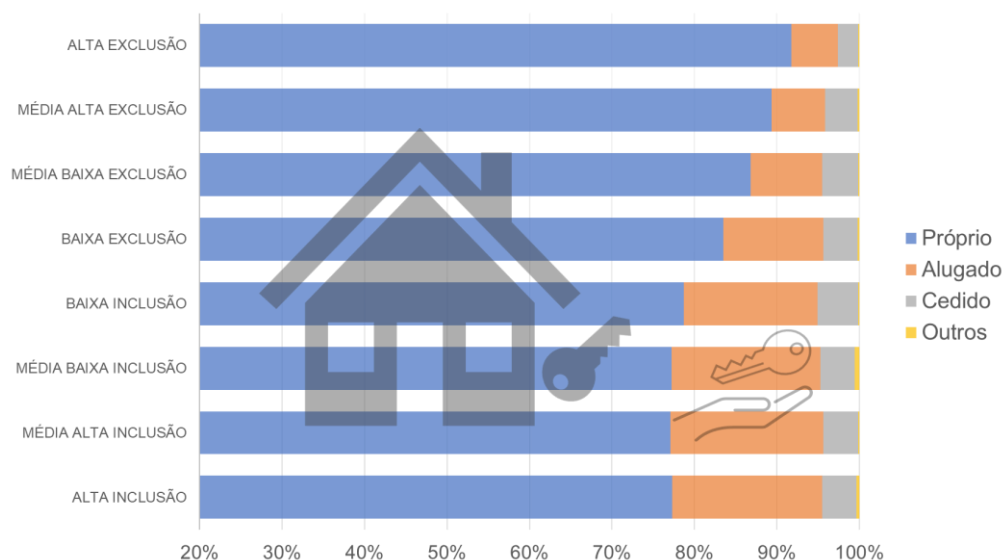
Inclusão (10,0%). Por outro lado, a proporção de moradores do tipo vila/condomínio e apartamento diminui consideravelmente na Alta Inclusão, sendo 'casa' a tipologia dos domicílios com 97,5% dos moradores nesta faixa.

A predominância de domicílios do tipo casa em 2010 ocorreu em razão dos dados serem de período anterior a fase de crescimento do setor imobiliário macapaense, o que culminou no aumento de prédios de apartamentos (no Centro-Leste) e condomínios residenciais (nas demais zonas urbanas), na década seguinte (SILVA, 2017).

Conforme Tostes (2016), a intensificação do processo de verticalização da área central de Macapá foi motivada pela especulação imobiliária. Contudo, não há compatibilidade entre o crescimento de novos edifícios e os demais serviços, que abrangem a relação com a cidade de Macapá. Futuramente podem desencadear diversos problemas, principalmente, a mobilidade e saneamento urbano (TOSTES, 2016).

Ademais, as condições de ocupação dos moradores (Gráfico 6), domicílios qualificados como próprios foram predominantes em todas as faixas de avaliação do IEX. Entretanto, o crescimento na proporção de moradores de domicílios alugados seguiu em paralelo com a melhora das condições de inclusão social.

Gráfico 6 – Distribuição das condições de ocupação dos moradores de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

Na faixa de Alta Inclusão, 18,1% dos moradores ocupam domicílios alugados, enquanto na Alta Exclusão esse percentual diminui para 5,6%. Possivelmente, estes resultados têm relação tanto com a variável IAR, como na disponibilidade de imóveis para aluguel, de maneira que existe maior proporção em bairros valorizados, em razão da disponibilidade de emprego e de serviços básicos (VIÉGAS, 2018).

## 5 CONCLUSÕES

Constatamos a instabilidade social de parte considerável da população macapaense, e as diferenças significativas do perfil sociodemográfico nos níveis de exclusão e inclusão. Em 2010, o perfil sociodemográfico dos habitantes de territórios de exclusão extrema foram: habitantes do sexo masculino de raça/cor parda (0 a 9 anos), moradores de domicílio do tipo casa com renda domiciliar de até 3 salários-mínimos. O nível mais alto de inclusão foi do sexo feminino, com faixa etária de 30 a 64 anos.

Aqui, concluímos que na cidade de Macapá há grande presença feminina convivendo em territórios com níveis elevados de inclusão, e pessoas negras e pardas da população infanto-juvenil em condições de extrema exclusão.

Os efeitos causados pelas múltiplas situações de exclusão social de crianças e adolescentes podem ser perpetuados por gerações. Adicionalmente, mais da metade da população macapaense está próximo ao limiar de inclusão, o que reforça os desafios do Estado e sociedade em reduzir os índices de desigualdades sociodemográficas.

## RECOMENDAÇÕES

É necessário a implementação de instrumentos, ferramentas e indicadores que possibilitem o melhoramento social a cidade de Macapá. Essa medida auxilia as políticas públicas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade, e a produção de aprofundamento técnico-científico nas cidades amazônicas.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio das seguintes agências de fomento: CAPES/FAPEAP. O primeiro autor é financiado pela bolsa nº 88887.645962/2021-00, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## REFERÊNCIAS

AMORIM, J. P. A.; SANTOS, R. V. A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, abril-jun., 2017, pp. 210-226.

BECKER, B. K. **A urbe amazônida**: a floresta e a cidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Grammond, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGRÍPECUÁRIA – EMBRAPA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e comunidades sustentáveis**: Contribuições da Embrapa. Brasília, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/185789/1/ODS-11-Cidades-e-comunidades-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Agenda pela Infância e Adolescência na Amazônia**. 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/1131/file/Agenda\\_pela\\_infancia\\_e\\_adolescencia\\_na\\_Amazonia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/1131/file/Agenda_pela_infancia_e_adolescencia_na_Amazonia.pdf). Acesso em: 02 set. 2023.

GENOVEZ, P. C. **Território e desigualdade**: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto. 220 f. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São Jose dos Campos: INPE, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Cadernos ODS**: ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9327/1/Cadernos\\_ODS\\_Objetivo\\_10\\_Reduzir%20a%20desigualdade%20dentro%20dos%20pa%C3%ADses%20e%20entre%20eles.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9327/1/Cadernos_ODS_Objetivo_10_Reduzir%20a%20desigualdade%20dentro%20dos%20pa%C3%ADses%20e%20entre%20eles.pdf). Acesso em: 02 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/#/home>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8 ed. 2013. Reimpressão, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 121 – 192.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MORAIS, M. P.; LIMA, R. Indicadores Urbanos como Instrumentos de Gestão e Formulação de Políticas Públicas. **Revista de Administração Municipal**. 2001, p. 1-9.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades**: Mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR). Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia. 176 f. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: 2008.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA – NCPI. **Estudo 9**: Impactos da desigualdade na primeira infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: [https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/02/NCPI\\_WP9\\_Impacto\\_das\\_desigualdades\\_na\\_primeira\\_infancia.pdf](https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/02/NCPI_WP9_Impacto_das_desigualdades_na_primeira_infancia.pdf). Acesso em: 02 set. 2023.

RIBEIRO, B. C.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHOS, N. A. Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas. **Policy Paper**, n. 45, Centro de Gestão de Política Públicas. Insper. jul, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Policy-Paper-45.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Ed. USP, 2020.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA B. (org). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014, p. 7 – 13.

SILVA, E. A. C. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade**: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá – Amapá. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2017.

SPOSATI, A. **Mapa de exclusão/inclusão da cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora PUC-SP, 1996.

TOSTES, J. A. O avanço da verticalização na cidade de Macapá. [Macapá] 02 dez. 2016. Blogger. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2016/12/o-avanco-da-verticalizacao-na-cidade-de.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

VIÉGAS, H. O preço do direito à moradia: Análise de valoração dos aluguéis residenciais no mercado imobiliário macapaense. In: Semana de Arquitetura e Urbanismo, 6., 2018, Macapá. **Anais [...]**. Macapá: UNIFAP, 2018. P. 1-3. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/VI%C3%89GAS-HARIFE.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

VIEIRA, A. B.; FURINI, L. A.; NUNES, M.; LIBÓRIO, R. M. C. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, E. R.; GUIMARÃES, R. B. (orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 33 -58.

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. Ensaios. **RECIIS**: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. v. 9, n. 1, jan-mar, 2015. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/932>. Acesso em: 25 jun. 2022.